



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

EDITAL N.º /2021
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO

A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ torna público o Edital de Concurso Público de acordo com o Processo UERJ n.º **SEI-260007/000326/2021** nos termos da Lei n.º 5.343/2008, do Decreto 43.007/2011, do Decreto 43.876/2012, da Resolução UERJ n.º 03/91, do Ato Executivo 45/REITORIA/93 e do Ato Executivo 021/REITORIA/2011, para provimento imediato sob o regime estatutário, conforme quadro abaixo:

Centro	Centro de Ciências Sociais
Unidade	Faculdade de Direito
Departamento	Direito Comercial e Trabalho

Área / Subárea	CH Semanal	Nº de Vagas					Vencimento Base	Exigência Mínima de Qualificação
		AC	N/I	PCD	HE	Total		
Direito Comercial	40	01	-	-	-	01	R\$ 5.497,00	Doutorado

Legenda: AC = ampla concorrência; N/I = negros/indígenas; PCD = pessoas com deficiência; HE = hipossuficientes economicamente

1 – DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

1.1 - São consideradas atividades dos integrantes da carreira do magistério na UERJ:

- a) a docência, englobando o ensino, a orientação acadêmica e a orientação de trabalhos, teses, dissertações e monografias;
- b) a geração de conhecimentos, incluindo a realização de pesquisas, a elaboração de textos para publicação em revistas especializadas ou livros, a participação em conselhos editoriais, científicos ou culturais, a apresentação de trabalhos em congressos, seminários e outros e a realização de traduções de reconhecido valor cultural, técnico-científico ou artístico;
- c) a extensão, desde que vinculada ao ensino e à pesquisa, incluindo a prestação de serviços técnicos ou o desenvolvimento de práticas acadêmicas de natureza educativa, cultural, científica ou tecnológica, tais como cursos e projetos voltados para a comunidade;
- d) a administração, consistindo no desempenho, na UERJ, de atividades de direção, chefia, coordenação, assessoria, gerenciamento de programas ou projetos e a participação em colegiados, comissões ou similares.

2 – DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA A OCUPAÇÃO DO CARGO

2.1 - São requisitos mínimos para nomeação ao cargo:

- a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público, de acordo com o que estipula este edital, seus anexos e retificações;
- b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, à data de efetivo início do exercício no cargo;
- c) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) estar em dia com as obrigações militares para os candidatos do sexo masculino;
- e) estar inscrito regularmente no Cadastro de Pessoas Físicas;

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

- f) possuir título de **doutor** em Direito, obtido em curso de pós-graduação credenciado pelos órgãos competentes em âmbito nacional, ou obtido no exterior, desde que o tenha revalidado no país, em conformidade com as normas vigentes, conforme Lei Estadual n.º 5.343 de 08 de dezembro de 2008.
- g) possuir diploma de curso de graduação em Direito, obtido em curso realizado em instituição oficial ou reconhecida de ensino superior, conforme Lei Estadual n.º 5.343 de 08 de dezembro de 2008.
- h) ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos, políticos, na forma do art. 12 § 1º da Constituição Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 03/94, nos termos do Decreto nº 3297/2001.
- i) no caso dos estrangeiros, possuir documento de identidade de estrangeiro ou passaporte com visto permanente ou temporário no País, nos termos dos art. 207, § 1º da Constituição da República; art. 5º, § 3º da Lei nº 8.112/90; art. 13, V, 14 e 15 da Lei nº 6.815/80; art. 1º §§ 1º e 2º e art. 5º da Resolução nº 01/97 do Conselho Nacional de Imigração do Ministério de Trabalho.
- j) Ser considerado apto, físico e mentalmente, para o exercício das atribuições do cargo no exame médico admissional.

3 – DAS INSCRIÇÕES

3.1 – Para efetuar a inscrição, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa no valor de R\$274,85 em qualquer agência do BRADESCO, a favor da UERJ - Concurso Público - agência 6897 - conta nº 25-6.

3.2 - A inscrição será realizada no período de 12/01/2022 a 15/02/2022, de segunda a sexta-feira (em dias úteis), das 10h às 16h, no Gabinete da Direção da Faculdade de Direito - Rua São Francisco Xavier, 524 – 7º andar – sala 7019 – Bloco B – Maracanã – Rio de Janeiro/RJ - Tel.: (21)2334-0507.

3.2.1 - Será garantida a inscrição ao candidato que se apresentar até o final do horário de atendimento do último dia de inscrição.

3.3 – O candidato deverá formalizar a inscrição mediante preenchimento da ficha de inscrição, fornecida no local especificado no item 3.2, e apresentar original e cópia do documento de identidade e o comprovante de pagamento da taxa referida no item 3.1.

3.4 – A inscrição poderá ser feita por meio de representante, mediante a apresentação de procuração, pública ou particular, sendo particular, deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação, a extensão dos poderes conferidos e com a firma reconhecida do outorgante.

3.5 - O candidato que tiver sua inscrição realizada por procuração assumirá as consequências de eventuais erros de seu procurador quando do preenchimento da respectiva ficha de inscrição.

3.6 - Poderão participar do Concurso, além dos brasileiros, os estrangeiros conforme disposto na alínea “i” do item 2.

3.7 – O candidato no ato da inscrição assume conhecer e estar de acordo com os termos deste Edital, se responsabilizando em comprovar e atender todos os requisitos necessários quando da nomeação para a posse do cargo, definidos na cláusula 2 deste Edital.

3.8 – O candidato que se identifica e deseja ser reconhecido socialmente pela sua identidade de gênero, poderá solicitá-lo no ato da inscrição informando seu nome social e apresentando documentação comprobatória.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

3.9 – Caso o concurso destine-se a 5 (cinco) ou mais vagas, para a mesma área do quadro preambular deste edital, 20% serão reservadas a negros e índios, devendo ser observada para estes 1 (uma) vaga para cada fração de 5 (cinco) vagas oferecidas no presente Edital.

3.10 - Caso o concurso destine-se a 20 (vinte) ou mais vagas, para a mesma área do quadro preambular deste edital, 5% serão reservadas a pessoas com deficiência, devendo ser observada para estes 1 (uma) vaga para cada fração de 20 (vinte) vagas oferecidas no presente Edital.

3.11 - Caso o concurso destine-se a 10 (dez) ou mais vagas, para a mesma área do quadro preambular deste edital, 10% serão reservadas a pessoas que se autodeclararem com hipossuficiência econômica, devendo ser observada para estes 1 (uma) vaga para cada fração de 10 (dez) vagas oferecidas no presente Edital.

3.11.1 - No ato da inscrição, o candidato que declarar, nos termos do artigo 1º, §4º da Lei Estadual n.º 7747/2017, que pertença à população com hipossuficiência econômica e desejar concorrer à vaga reservada, deverá comprovar sua inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, conforme Decreto Federal nº 6.135/2007 e possuir renda familiar per capita de até **0,5 (meio) salário mínimo**.

3.11.2 - O candidato deverá encaminhar ou entregar (pessoalmente ou por terceiros), para comprovação de sua opção de cota pela hipossuficiência econômica, declaração, conforme o modelo do **Anexo III deste Edital**, preenchida e assinada pelo candidato ou por seu representante legal, acrescido dos documentos ali relacionados, até o dia 02/02/2022, no local especificado no item 3.2, de 2ª a 6ª feira (em dias úteis), no horário das 10h às 16h, com a data de postagem até o dia 02/02/2022.

3.11.3 - Os candidatos que encaminharem os documentos citados no **Anexo III** deste Edital, com a finalidade de solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, deverão encaminhá-los novamente caso estejam amparados pela Lei Estadual nº 7.747/2017 e desejem concorrer às vagas reservadas para população com hipossuficiência econômica.

3.11.4 - A avaliação da documentação citada no item **3.11.2** deste Edital enviada pelo candidato autodeclarado hipossuficiente economicamente será realizada durante a etapa de Entrega da documentação (item nº **14.1** deste Edital).

3.12 - Os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas citadas deverão especificar uma e somente uma das opções, no campo correspondente do formulário de inscrição e ter ciência do inteiro teor das regras definidas no Edital, seus anexos e retificações.

3.13 – O candidato deverá no momento da inscrição se autodeclarar. A autodeclaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas no edital do concurso, caso não opte pela reserva de vagas.

3.14 – Detectada falsidade da autodeclaração será o candidato eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público.

3.15 – A Comissão Organizadora divulgará a Lista dos candidatos inscritos no concurso no dia 18/02/2022.

4 - DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 - Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para aqueles candidatos que declararem hipossuficiência de recursos financeiros e comprovarem renda bruta familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos.

4.1.1. – Servirá como prova suficiente para a concessão de isenção da taxa de inscrição a só comprovação de inscrição do candidato no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, até a data da inscrição neste concurso público.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

4.2 - Entende-se como renda familiar mensal, a soma dos rendimentos obtidos por todas as pessoas residentes no mesmo domicílio do candidato, composta do valor bruto obtido do trabalho formal ou informal, aposentadoria, pensões, rendimentos de capital, imóveis e assemelhados e outros ganhos comprováveis ou não.

4.3 - O candidato que atender ao critério citado no item 4.1 deverá registrar o pedido da isenção no campo correspondente da Ficha de Inscrição e:

- Preencher o formulário de declaração de hipossuficiência financeira e anexar cópias dos documentos comprobatórios relacionados no referido formulário;
- Entregar no local especificado no item 3.2, a Ficha de Inscrição, a declaração de hipossuficiência financeira e os documentos comprobatórios no dia 02/02/2022.

4.3.1. Servirá como prova suficiente para a concessão de isenção da taxa de inscrição a só comprovação de inscrição do candidato no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

4.4 - Não serão aceitos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição via fax, via correio eletrônico ou fora do prazo estabelecido no cronograma.

4.5 - Não serão aceitos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição que não atendam às condições para sua concessão, qualquer que seja o motivo.

4.6 - Os pedidos de isenção serão analisados e julgados pela Comissão Organizadora do Concurso no período compreendido entre 03/02/2022 e 04/02/2022.

4.7 - A relação dos pedidos de isenção com as respectivas respostas será divulgada no endereço citado no item **3.2** até o dia 07/02/2022, cabendo recurso em até 2 (dois) dias úteis.

4.8 - O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido, e que desejar participar do concurso, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através de boleto bancário, obedecendo ao prazo determinado no cronograma e seguindo as orientações conforme item **3**.

5 - DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1 - O candidato que necessitar de atenção especial para participar das provas, portador ou não de deficiência, deverá indicar a natureza de sua necessidade no campo correspondente ao da Ficha de Inscrição ou requerer junto à Unidade Acadêmica deste certame para informar a natureza da necessidade, no local especificado no item **3.2**, até 15/02/2022.

5.1.1 - As solicitações de atenção especial deverão estar acompanhadas de atestado médico com o parecer relatando tal necessidade e o tipo de atendimento que deverá ser oferecido.

5.1.2 - As solicitações serão analisadas e atendidas segundo critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo comunicado do atendimento ou não, pela Comissão Organizadora na forma definida no item 3.15.

5.2 - Pessoas com Deficiência

5.2.1 - Fica assegurada às pessoas com deficiência a participação no concurso em igualdade de condições com os demais no que se refere ao conteúdo, realização, avaliação, duração, horário, local de aplicação das provas e nota mínima exigida, sendo-lhes, porém, assegurado fácil acesso ao local de realização destas.

5.2.2 - Serão consideradas como pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nos critérios definidos no Anexo Único da Lei n.º 2298/94, alterada pela Lei n.º 2482/95 e o Decreto Federal nº 3298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02/12/2004.

5.2.3 - Os candidatos portadores de deficiência deverão:

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

- a) informar esta condição ao se inscreverem, especificando-a na Ficha de Inscrição e,
- b) entregar, pessoalmente ou por intermédio de seu representante, laudo médico (original ou cópia autenticada) comprobatório da sua deficiência, inclusive com a referência do código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10) juntamente com cópia do documento de identidade, ou enviá-los via SEDEX, para o local especificado no item 3.2 **durante o período de inscrições.**

5.2.4 - Os candidatos portadores de deficiência deverão submeter-se, quando convocados conforme item 14.1 deste edital, à junta médica do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho – DESSAUDE/SRH, que terá decisão conclusiva sobre a qualificação do candidato e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo que pretende ocupar.

5.3 – Lactantes

5.3.1 - A candidata deverá informar esta condição ao se inscrever, especificando-a na Ficha de Inscrição.

5.3.2 - A candidata que tiver a necessidade de amamentar no dia das provas deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente da sala da prova da candidata. No momento da amamentação será permitida apenas a presença de um fiscal.

5.3.3 - Não haverá nenhuma forma de compensação do tempo utilizado para a amamentação em relação ao da prova.

5.3.4 - A ausência de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

6 – DO PROGRAMA PARA O CONCURSO

6.1 - O programa para o Concurso é parte integrante do presente edital e encontra-se no ANEXO I.

7 – DA COMISSÃO ORGANIZADORA

7.1 – A Comissão Organizadora (composta por 3 (três) servidores efetivos indicados pelo Departamento), e todas as suas decisões, deverão ser homologadas pelo Conselho Departamental.

7.1.1 – A presidência da Comissão caberá à Chefia do Departamento do referido certame ou por sua delegação formal.

7.2 - Compete à Comissão Organizadora do Concurso Público:

- a) Estruturar o concurso público, responsabilizando-se pela sua realização, desde a abertura das inscrições até a homologação final, salvo as atribuições específicas da Comissão Examinadora.
- b) Decidir sobre os pedidos de isenção da taxa de inscrição.
- c) Analisar e decidir sobre impugnação de membro da Comissão Examinadora.

8 - COMISSÃO EXAMINADORA

8.1 – Os integrantes da Comissão Examinadora serão profissionais vinculados à área de conhecimento de que é objeto o concurso, escolhidos, preferencialmente, entre docentes de instituições oficiais de ensino superior.

8.1.1 – Os examinadores deverão possuir o grau de doutor ou o título de livre docente.

8.2 – Em casos excepcionais, conforme a natureza da área de que seja objeto o concurso, o departamento poderá indicar, para integrar a Comissão Examinadora, especialista que não tenha a titulação exigida no item 8.1.1, devendo a indicação ser homologada pelo Conselho Departamental e pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

8.3 – A Comissão Examinadora será composta por 3 (três) membros, sendo no mínimo 2 (dois) deles não pertencentes aos quadros da UERJ.

8.4 - Para cada Comissão Examinadora, serão também indicados suplentes, com as mesmas qualificações exigidas dos componentes efetivos, a quem substituirão, quando necessário, em qualquer fase do concurso, devendo sempre ser respeitada a relação entre o número de docentes da UERJ e a ela estranhos, prevista no item.

8.5 - A composição da Comissão Examinadora será divulgada em data especificada no cronograma do concurso, no local de inscrição, devendo o candidato tomar ciência formalmente.

8.6 - Não poderá ser designado para compor a Comissão Examinadora, nem nela permanecer aquele que for, no presente momento do certame:

- Sócio ou professor de cursos preparatórios para concurso público na área do certame.
- Cônjuge, companheiro, parente até o 3º grau e afim de pessoas enquadradas na hipótese do inciso anterior.
- Cônjuge, companheiro, parente até o 3º grau e afim de candidato inscrito no respectivo certame.
- Orientador ou co-orientador de candidato inscrito no certame em doutorado, conclusão ou supervisão de pós-doutorado e vice-versa.

8.7 – Poderá o candidato impugnar, fundamentadamente, junto ao Conselho Departamental da Unidade Acadêmica onde ocorrerá o concurso, qualquer nome que integre a Comissão Examinadora, no prazo máximo de 07 (sete) dias a contar da data da divulgação da composição da Comissão Examinadora, tendo o Conselho Departamental prazo máximo de 07 (sete) dias a partir da data da impugnação para divulgar seu parecer e proceder à substituição do nome, se for o caso.

8.8 - Cabe à Comissão Examinadora:

- estar presente em todas as etapas do concurso, conforme definido no item 9 do presente edital;
- decidir sobre as questões levantadas no período compreendido entre a divulgação da lista dos pontos da prova escrita e a divulgação do resultado do Concurso, fazendo-as constar da ata.

8.9 – As decisões e os atos da comissão deverão ser subscritos por, no mínimo, 03 (três) integrantes.

9 – ETAPAS DO CONCURSO

9.1 - O Concurso compreenderá as seguintes etapas:

9.1.1 - PROVA ESCRITA

- A prova escrita visará à demonstração pelos candidatos de profundidade do conhecimento, atualização na matéria, clareza de exposição, capacidade de síntese e ordenação lógica do pensamento.
- Cabe à Comissão Examinadora elaborar, imediatamente antes da prova escrita, uma lista numerada de temas ou questões, de acordo com o programa que integra o edital, a serem apresentadas aos candidatos e que servirão de base para o sorteio.
- Imediatamente antes do sorteio, dar-se-á ciência da lista de pontos aos candidatos presentes, sendo-lhes facultado pleitear, nesse momento, junto à Comissão Examinadora, a impugnação de tema que considere alheio ao programa.
- Fica estabelecido que o intervalo entre o sorteio do ponto da prova escrita e o início da mesma será de 60 (sessenta) minutos, e que os candidatos não poderão se ausentar do recinto, bem como se comunicar entre si, e ainda, que será permitida consulta bibliográfica neste intervalo, sendo vedada qualquer consulta do tipo modal eletrônico, ou qualquer tipo de comunicação eletrônica.
- Após o intervalo acima mencionado não mais será permitida consulta, inclusive de anotações, seja de que espécie for.
- A prova escrita terá duração total de 05 horas.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

- g) Imediatamente após a conclusão da prova escrita, os exemplares serão depositados em envelope a ser posteriormente lacrado e rubricado por, no mínimo, dois examinadores e, pelo menos, por um candidato ainda presente.
- h) O envelope de que trata o item anterior será aberto pelo Presidente da Comissão Examinadora na data marcada no cronograma para a sessão pública de leitura das provas e na presença dos candidatos.
- i) Na sessão pública referida no item anterior cada candidato procederá à leitura de sua própria prova, perante a Comissão Examinadora e sob as vistas de outro candidato, se houver, e de pelo menos um dos integrantes da Comissão Examinadora, após o que a COMISSÃO se reunirá para correção das provas e atribuição das notas.
- j) É facultado ao candidato pleitear, mediante requerimento, a vista da prova escrita, que deverá ser promovida e efetivada somente pelo próprio, sob forma de leitura, no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data da divulgação do resultado.
- k) A prova escrita terá caráter eliminatório, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver o grau mínimo de 8,0, calculado como a média aritmética das notas a ele atribuídas pelos examinadores.
- l) Para fins de correção pela Comissão Examinadora serão aceitas as duas formas de regras ortográficas portuguesas vigentes.

9.1.2 - PROVA DE AULA

- a) A prova de aula será pública e consistirá da apresentação oral em português pelo candidato, durante o mínimo de 50 (cinquenta) e o máximo de 60 (sessenta) minutos, sobre assunto constante de ponto sorteado com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.
- b) Para o sorteio, a Comissão Examinadora elaborará lista de, no mínimo, dez pontos, correspondentes a assuntos contidos no Programa.
- c) Na data estipulada no cronograma para a Divulgação dos Pontos para a Prova de Aula, todos os candidatos deverão apresentar-se para tomar conhecimento da lista de pontos, sendo-lhes facultado pleitear, **nesse momento**, junto à Comissão Examinadora, a impugnação de tema que considere alheio ao programa.
- d) Havendo mais de um candidato, cada um deles sorteará o respectivo ponto, cabendo à Comissão Examinadora definir por escrito os horários de sorteio, visando assegurar que todos os candidatos tenham o mesmo tempo para preparação da aula.
- e) Nenhum candidato poderá assistir à aula ministrada por outro concorrente.
- f) O candidato deverá demonstrar capacidade de comunicação, atualização, profundidade de conhecimento e precisão no domínio do tema, além de fluência, correção de linguagem e atender aos aspectos didáticos aplicáveis.
- g) Compete ao candidato providenciar os recursos audiovisuais que pretenda utilizar na prova de aula e que não sejam disponibilizados pela Unidade.
- h) A prova de aula terá caráter eliminatório, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver o grau mínimo de 8,0, calculado como a média aritmética das notas a ele atribuídas pelos examinadores.

9.1.3 - JULGAMENTO DE TÍTULOS E TRABALHOS

- a) O julgamento de títulos e trabalhos será expresso mediante pontuação atribuída ao candidato por cada examinador, deverá refletir os méritos do candidato, como resultado da apreciação do conjunto de suas atividades.
- b) Os candidatos deverão entregar os Títulos e Trabalhos constantes no Anexo II deste edital e obedecer ao cronograma do concurso conforme item 11.1.
- b) Os candidatos aprovados de acordo com os critérios definidos nos itens 9.1.1.k e 9.1.2.h deverão entregar os Títulos e Trabalhos constantes no Anexo II deste edital e obedecer ao cronograma do concurso conforme item 11.1.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

c) Os Títulos e Trabalhos deverão ser apresentados através de *curriculum vitae* em 6 (seis) vias, juntamente com 01 (uma) via de documentação comprobatória, preferencialmente encadernada e numerada, devendo ser assim organizada:

- c.1 – publicações e produções científicas, artística e tecnológica;
- c.2 – atividades acadêmicas; e
- c.3 – atividades de ensino, gestão e profissional

d) No julgamento de títulos e trabalhos só serão considerados aqueles vinculados à área de conhecimento de que é objeto o Concurso.

9.2 - Os integrantes da Comissão Examinadora acompanharão todas as provas bem como o julgamento de títulos e trabalhos, atribuindo, cada um, em todas essas etapas e a cada candidato, graus de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo-se 0,5 (meio ponto) como fração mínima.

9.2.1 – O grau atribuído ao candidato no julgamento de títulos e trabalhos será calculado dividindo-se por 100 a pontuação total por ele obtida nos diferentes quadros que compõem os Critérios para a Avaliação de Títulos e Trabalhos (Anexo II)

9.3 - A NOTA FINAL POR EXAMINADOR será a média aritmética dos graus conferidos ao candidato, por um mesmo examinador, em cada uma das provas.

9.4 - A MÉDIA POR EXAMINADOR será a média aritmética dos graus conferidas ao candidato, por um mesmo examinador, em cada uma das provas e no julgamento de títulos e trabalhos.

9.5 - A MÉDIA POR PROVA será a média aritmética dos graus conferidos ao candidato por cada examinador em uma mesma prova e no julgamento de títulos e trabalhos.

9.6 - A MÉDIA FINAL do candidato no concurso público será a média aritmética das MÉDIAS POR EXAMINADOR.

9.7- Para as notas / médias a que se referem os itens 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6, serão admitidos valores com até duas casas decimais.

10 - APROVAÇÃO NO CONCURSO

10.1 - Será considerado aprovado no Concurso o candidato que obtiver NOTA FINAL POR EXAMINADOR igual ou superior a 8 (oito) com, pelo menos, 2 (dois) examinadores.

10.2 - Para fins de classificação no Concurso, cada examinador apresentará uma proposta de classificação dos candidatos aprovados, obedecendo, necessariamente, à ordem das MÉDIAS POR EXAMINADOR, por ele atribuídas aos candidatos.

10.3 - No caso de igualdade na MÉDIA POR EXAMINADOR entre dois ou mais candidatos, a posição dos mesmos na proposta de classificação será estabelecida por indicação do examinador.

10.3.1 – O examinador que tiver atribuído a mesma média final a 2 (dois) ou mais candidatos deverá proceder ao desempate, comunicando sua decisão oralmente e por escrito, no quadro de pontuação a ser anexado à ata do Concurso, da qual deverá constar também o (s) critério (s) por ele adotado (s) para essa indicação.

10.4 - A partir das propostas de classificação formuladas pelos examinadores, será atribuída pontuação aos candidatos aprovados por cada indicação recebida, de acordo com o seguinte critério:

10.4.1 - ao candidato indicado para primeiro lugar será atribuído um número de pontos igual ao número de candidatos aprovados;

10.4.2 - aos candidatos indicados para as demais posições será atribuído um número de pontos dado pela subtração de um ponto na pontuação correspondente à classificação imediatamente superior.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

10.5 - A classificação dos candidatos aprovados no concurso far-se-á em ordem decrescente de sua pontuação total, resultado da soma dos pontos obtidos a partir das indicações de todos os examinadores, conforme item 10.4.

10.6 - Se dois ou mais candidatos obtiverem a mesma pontuação total, terá primazia para a classificação final aquele que tiver obtido maior MÉDIA FINAL no Concurso Público, conforme definido no item 9.6.

10.7 - Persistindo ainda empate entre dois ou mais candidatos, serão considerados os seguintes critérios, sucessivamente:

10.7.1 - Maior idade, a partir dos 60 (sessenta) anos (Art. 27, §único, Lei nº 10.741/2003).

10.7.2 - O candidato com maior MÉDIA POR PROVA, conforme definição do item 9.5:

a) na prova escrita;

b) na prova de aula;

c) no julgamento de títulos e trabalhos.

10.7.3 – Maior idade, entre os candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos.

10.7.4 – Sorteio público para os empates persistentes.

11 - CRONOGRAMA DO CONCURSO

11.1 - O concurso obedecerá ao seguinte calendário:

a) Divulgação da composição da Comissão Examinadora - 21/02/2022, às 12:00h.

b) Sorteio do ponto para a prova escrita - 21/03/2022, às 08:00 h.

c) Prova escrita - 21/03/2022, às 09:00h.

d) Leitura da prova escrita - 21/03/2022, às 15:00h.

e) Resultado da prova escrita – 22/03/2022, às 08:00h.

f) Divulgação da lista de pontos para a prova de aula - 22/03/2022, às 08:15h.

g) Sorteio do ponto para a prova de aula - 22/03/2022, às 08:30h.

h) Prova de aula - 23/03/2022, às 08:30h.

i) Resultado da prova de aula – 24/03/2022, às 12:00h.

j) Entrega de Títulos e Trabalhos – 24/03/2022, às 13:00h.

11.2 - O candidato deverá se apresentar **30 minutos** antes de cada hora marcada no cronograma (item 11.1). As provas e a entrega dos títulos e trabalhos serão realizadas na Faculdade de Direito da Uerj, situada na Rua São Francisco Xavier, 524, 7º andar, bloco B, sala 7019, bairro Maracanã, Rio de Janeiro/RJ.

11.3 - Qualquer alteração no cronograma deverá ser homologada pelo Conselho Departamental e divulgada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis em relação à nova data.

12 - DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1 - A divulgação pela Comissão Examinadora do Resultado Final do Concurso ocorrerá até o dia 28/03/2022 e será divulgada no site oficial da Unidade Acadêmica: <http://www.direito.uerj.br> .

12.2 – No caso de reservas de vagas previstas nos itens 3.9, 3.10 e 3.11, na apuração dos resultados serão formuladas listas específicas para identificação da ordem de classificação dos candidatos cotistas entre si e de todos os candidatos classificados no concurso.

12.3 - O resultado final do Concurso será homologado pelo Conselho Departamental da Unidade Acadêmica deste certame após decorridos os 07 (sete) dias úteis para recursos em 1ª instância, e será divulgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a homologação, através de Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ, desde que não haja impedimento legal.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

13 - RECURSOS

13.1 - Além dos recursos, vistas de prova e impugnações previstas neste Edital, o candidato também poderá pleitear junto à Comissão Examinadora, por escrito, a revisão e/ou a impugnação dos resultados das provas, do julgamento de títulos, ou de qualquer outro aspecto referente ao desenrolar do Concurso, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, a contar da divulgação do resultado final.

13.2 - Do indeferimento das impugnações junto à Comissão Examinadora caberá recurso, com efeito devolutivo, ao Conselho Departamental e, em última instância, ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, no prazo de 07 (sete) dias úteis a contar da divulgação do parecer da instância anterior.

13.3 - O Conselho Departamental terá prazo máximo de 07 (sete) dias úteis para decidir sobre os recursos interpostos.

13.4 – Cada requerimento dos recursos previstos neste Edital deverá ser protocolado junto à Direção da Faculdade de Direito, situada na Rua São Francisco Xavier, 524, 7º andar, bloco B, sala 7019, bairro Maracanã, Rio de Janeiro/RJ. Endereço de e-mail: gabdir@uerj.br e gabinete.direitouerj@gmail.com .

14 - PROVIMENTO

PARÁGRAFO ÚNICO - Para fins de nomeação, o candidato aprovado e classificado dentro do número de vagas fixado neste Edital será convocado, por e-mail por ele indicado, enviado pela Superintendência de Recursos Humanos - SRH, para exame médico admissional e apresentação de documentação.

14.1 – DOCUMENTAÇÃO (ORIGINAL E CÓPIA)

- a) 01 (um) retrato 3x4;
- b) certidão de nascimento, se solteiro;
- c) certidão que comprove o estado civil declarado;
- d) documento de identidade;
- e) CPF;
- f) comprovante de cadastramento PIS/PASEP,
- g) comprovante de naturalização ou de satisfazer as exigências da legislação que regulamenta a situação de estrangeiros, conforme item 14.9, quando for o caso;
- h) certificado de reservista e prova de estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos brasileiros do sexo masculino;
- i) título de eleitor e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais, para os candidatos brasileiros;
- j) titulação correspondente ao cargo, conforme alíneas “f” e “g” do item 2 do Edital;
- k) comprovante de titularidade de conta-corrente e conta salário no Banco BRADESCO;
- l) comprovante de residência no nome do candidato, referente ao mês vigente ou ao mês anterior; considerando-se as contas de concessionárias de prestação de serviço, extrato de cartão ou correspondência bancária;
- m) declaração recente de imposto de renda do próprio e do cônjuge, se couber; (exigência da SEPLAG);
- n) No caso de acumulação de cargos públicos, o candidato deverá atender o limite máximo de carga horária e as regras contidas no Decreto Estadual nº 13042/89, trazendo no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da nomeação, documento contendo a data de admissão e matrícula do(s) vínculo(s), com carga horária total diária exercida, discriminando os horários e outros que se façam necessários para posse no cargo.

14.1.1 - Caso o candidato não apresente diploma devidamente registrado ou homologado, estará inabilitado ao provimento no cargo pela ausência de condição essencial à aquisição do direito.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

14.1.2 - Em caso de apresentação de diplomas obtidos no exterior, os mesmos deverão estar revalidados em instituições credenciadas no país.

14.1.3 - Os documentos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da respectiva tradução, feita por tradutor juramentado.

14.2 – EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

14.2.1 – O exame médico admissional terá por objetivo avaliar as condições físicas e mentais, consideradas as exigências das atividades inerentes ao cargo, sendo obrigatória a apresentação da carteira de vacinação e esquema vacinal anti-tetânico atualizados e os exames solicitados pela área para concluir a aptidão.

14.2.2 – O exame médico admissional será realizado no município do Rio de Janeiro, em local designado pela SRH.

14.2.3 – O candidato uma vez convocado, se residir em local diverso, deverá se deslocar para a capital deste Estado, com recursos próprios.

14.2.4 – Os candidatos portadores de necessidades especiais serão avaliados conforme item **5.2.4**.

14.2.5 – No exame médico admissional não serão atribuídas notas, sendo o candidato apenas qualificado como “apto” ou “inapto”.

14.2.6 – O candidato convocado para a realização do exame médico admissional deverá portar a carteira de identidade original com a qual se inscreveu.

14.3 - Caso o candidato não compareça, nesta etapa, no prazo de 8 (oito) dias após convocação tratada no item 14, ficará configurada sua desistência à vaga e conseqüente eliminação do Concurso, devendo a SRH convocar o candidato subsequente, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

14.4 - O candidato convocado conforme o disposto no item 14.3 poderá abrir mão, uma única vez, de sua posição na ordem de classificação em prol do classificado subsequente e optar por ocupar a posição deste enquanto aguarda nova vaga, caso em que se procederá à imediata convocação do candidato seguinte.

14.5 - O candidato que recusar uma segunda convocação perderá a vaga.

14.6 - O candidato que tenha sua documentação aprovada e que tenha sido considerado apto no exame médico será nomeado no cargo para o qual foi aprovado, tomando posse imediatamente na forma e prazos legais.

14.7 - O candidato nomeado poderá requerer prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação de sua nomeação no DOERJ, para tomar posse do cargo e entrar no exercício de suas funções.

14.8 - Mediante requerimento do interessado, e ocorrendo motivo relevante, o prazo para posse poderá ser prorrogado, a critério da UERJ, em até 60 (sessenta) dias contados do término do prazo de que trata o item 14.7.

14.9 - O candidato aprovado de nacionalidade estrangeira só será nomeado para o cargo ao qual prestou concurso se atender aos requisitos da legislação que regulamenta a situação de estrangeiros na ocasião da nomeação.

15 - APROVEITAMENTO DE VAGA(S)

15.1 - Após ocupação da(s) vaga(s) prevista(s) neste Edital, a UERJ poderá disponibilizar, para provimento, nova vaga para o cargo, na mesma área de conhecimento e para a mesma Unidade Acadêmica, à qual estará associada, conforme os interesses da UERJ, carga horária igual ou diferente da prevista neste Edital.

15.2 - Na hipótese de abertura de vaga no período de validade do presente Concurso, para o mesmo cargo, na mesma área de conhecimento e para a mesma Unidade Acadêmica deste Concurso, o ingresso dar-se-á pela ordem



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

rigorosa de classificação do candidato aprovado remanescente, independentemente da carga horária associada à nova vaga.

15.2.1 – A cada fração de 5 (cinco) vagas regulares ampliadas, destinar-se-á a quinta vaga ao candidato negro ou índio aprovado, de acordo com a sua ordem de classificação na lista específica.

15.2.2 – A cada fração de 20 (vinte) vagas regulares ampliadas, destinar-se-á a vigésima vaga ao candidato com deficiência aprovado, de acordo com a sua ordem de classificação na lista específica.

15.2.3 – A cada fração de 10 (dez) vagas regulares ampliadas, destinar-se-á a décima vaga ao candidato com hipossuficiência econômica aprovado, de acordo com a sua ordem de classificação na lista específica.

15.3 - O candidato remanescente convocado para aproveitamento de nova vaga, desde que haja outro (s) candidato(s) remanescente(s), poderá uma única vez, abrir mão de sua posição na ordem de classificação em prol do classificado subsequente, e optar por ocupar a posição deste enquanto aguarda nova vaga, caso em que se procederá à imediata convocação do candidato subsequente.

15.4 - Se o candidato remanescente convocado para aproveitamento de nova vaga for único e não aceitar a convocação, este fato implicará a desistência do candidato e o automático encerramento da validade do Concurso, caso em que a UERJ realizará novo Concurso para a mesma categoria, departamento e área, com a carga horária de interesse da Unidade Acadêmica.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - A inscrição no Concurso significará, para todo e qualquer efeito, aceitação expressa, por parte do candidato, de todas as condições, normas e exigências constantes deste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento, bem como de todos os atos que forem expedidos sobre o Concurso.

16.2 - Não haverá, sob qualquer pretexto, segunda chamada para qualquer prova, sendo considerado excluído do Concurso o candidato que deixar de comparecer a qualquer uma delas.

16.3 - Não será admitida a realização de qualquer prova fora dos locais previamente determinados pela Unidade.

16.4 - Não será permitido aos candidatos dirigirem-se aos membros da Comissão Examinadora, nem a qualquer outra pessoa, durante a realização das provas, para pedir esclarecimentos a respeito das questões formuladas, da inteligibilidade de seu enunciado ou da forma de respondê-las.

16.5 - Será permitida a gravação de voz de qualquer prova oral prevista neste Edital e da leitura da prova escrita, pelos participantes do concurso, pelas entidades profissionais correspondentes ou por quaisquer interessados, desde que seja comunicada à Comissão Examinadora, a qual manterá em seu poder o produto da gravação devidamente identificado com o nome do requisitante, devolvendo-o ao mesmo após a divulgação do resultado final, caso não haja nenhuma impugnação relativa à(s) respectiva(s) prova(s).

16.5.1 - O(s) produto(s) da gravação deverá(ão) ser entregue(s) aos cuidados da Comissão Examinadora e depositado(s) em envelope(s) lacrado(s) e rubricado(s) por no mínimo 02 (dois) examinadores e pelo(s) candidato(s) presente(s).

16.6 - Não será devolvida qualquer taxa paga, exceto em caso de anulação do concurso.

16.7 - São de inteira responsabilidade do candidato o fornecimento e a veracidade das informações bem como a manutenção de seu endereço residencial atualizado enquanto decorrer o Concurso e durante o prazo de sua validade, não se responsabilizando a UERJ por eventuais prejuízos que possa sofrer o candidato em decorrência de informações incorretas ou insuficientes.

16.8 - Será excluído do Concurso, em qualquer de suas etapas, o candidato que:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

- a) não observar as disposições deste Edital;
- b) durante a realização da prova for surpreendido utilizando-se de qualquer meio fraudulento, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- c) faltar ou chegar após o horário registrado pela Comissão Examinadora como de efetivo início de qualquer uma das provas;
- d) se utilizar de processos ilícitos na realização das provas, ainda que a constatação ocorra posteriormente;
- e) comportar-se de modo a perturbar a realização das provas pelos demais candidatos, causando evidente prejuízo a estes;
- f) deixar de assinar ou preencher com dados incorretos ou ilegíveis, a Ficha de Inscrição;
- g) deixar de apresentar os documentos a que se refere o item 14.1, no prazo estabelecido pela SRH.

16.9 - A decisão de exclusão de um candidato pelas razões indicadas no item **16.8** caberá à Comissão Examinadora, homologada pelo Conselho Departamental, considerando as alíneas a a f; e após a convocação do candidato caberá à Superintendência de Recursos Humanos.

16.10 - O Concurso terá validade de 2 (dois) anos, a partir da data de publicação no DOERJ da homologação do resultado final das provas, prorrogável por mais 2 (dois) anos, por solicitação formal à SRH, feita pela Direção da Unidade Acadêmica, ouvido o Conselho Departamental.

16.11 - Os casos omissos serão decididos: pelo Departamento com homologação pelo Conselho Departamental, se antes da instalação da Comissão Examinadora; pela Comissão Examinadora, com homologação pelo Conselho Departamental, enquanto ainda instalada a Comissão; ou pela Superintendência de Recursos Humanos, a partir da convocação do candidato.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2021

Heloisa Helena Barboza
Diretora da Faculdade de Direito



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE DIREITO**

ANEXO I

***PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO
DO CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO***

1. Evolução do Direito Comercial e do Direito Comercial Brasileiro. Da teoria dos atos de comércio e mercancia a teoria da empresa e os mercados. Autonomia, características e fontes do direito comercial. A interpretação do direito comercial à luz da análise econômica do direito: diretrizes e limites. A Empresa na Constituição de 1988. A Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.974/19) e seus impactos no direito comercial.
2. A evolução do conceito de comerciante. O empresário e a teoria de empresa. As categorias especiais de empresário e sua regulamentação. Os incentivos e o tratamento favorecido aos microempresários e empresário de pequeno porte na Lei Complementar nº 123/2006. O produtor rural. Empresa e Inovação. O Empreendedorismo Inovador – Lei Complementar nº 182/2021.
3. A capacidade para ser empresário. Incapacidade e impedimentos. O Registro do Empresário. Histórico, legislação, funções, estrutura, competências, organização, procedimentos, recursos.
4. O Empresário, a contabilidade e escrituração de livros. Contabilidade e escrituração. Responsabilidade. Livros obrigatórios e facultativos. Formalidades e força probatória. Disposições processuais. Sigilo. Exibição. A contabilidade e a escrituração na recuperação judicial e na falência. Consequências penais.
5. Os colaboradores da empresa. A preposição empresarial. Nomeação, substituição, representação, responsabilidades. Os colaboradores dependentes e independentes. Leiloeiros, tradutores e intérpretes, corretores, agentes, representantes comerciais autônomos.
6. Elementos de identificação e do exercício empresa. Estabelecimento (físico e virtual). Nome empresarial. Título de estabelecimento, insígnia, expressões e sinais de propaganda. Da propriedade industrial, seus fundamentos e âmbito de aplicação. Patentes, Marcas, Desenho Industrial, Indicações Geográficas. Franquia empresarial.
7. Da Concorrência Desleal e do Direito Concorrencial. Atos de concorrência desleal e atos anti-concorrenciais (condutas). Distinção quanto aos efeitos e a forma de repressão. Legislação. Efeitos civis. A atuação do CADE. O processo administrativo. Atos de concentração. Concentração econômica vertical e horizontal. As sanções. Acordos de Leniência.
8. Direito Societário (parte geral). Teoria das sociedades e da pessoa jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Natureza do ato constitutivo da sociedade unipessoal e da sociedade pluripessoal. O Institucionalismo. O Novo Direito Societário. Estruturalismo. Classificações das sociedades. Elementos da sociedade. O objeto social. Direitos e obrigações dos sócios. Relações da sociedade com terceiros. Resolução da sociedade em relação a um sócio. Aspectos processuais. Nacionalidade da sociedade.
9. Sociedades sem personalidade jurídica. Sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações. Transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades por quotas e por ações. Dissolução e liquidação de sociedades.
10. Sociedade limitada. Empresa Individual de Responsabilidade limitada. Sociedades cooperativas.
11. Mercado Financeiro. Lei nº 4.595/64. Instituições financeiras. Lei do Sigilo Bancário. Mercado de valores mobiliários. A regulamentação do mercado de valores mobiliários. Lei nº 6.385/76 e suas alterações. Valores mobiliários, incluindo contratos de investimento coletivo e derivativos. A Comissão de Valores Mobiliários. Registros de competência da CVM. Agentes do mercado. Os Fundos de Investimento. Os Atos administrativos da CVM. A regulação do mercado de valores mobiliários e a Lei nº 13.974/19: análise de impacto regulatório.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

12. Sociedade Anônima (I). Evolução histórica. Capital social e suas modificações. Exercício social. Lucros, reservas e dividendos. Ações, debêntures e cédulas de debêntures. As ofertas públicas de ações (OPAS) na Lei nº 6.404/76 e sua regulamentação pela CVM. Constituição da companhia. Órgãos sociais: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.
13. Sociedade Anônima (II). Deveres e responsabilidades dos administradores. Governança corporativa. Infração grave. Ação de responsabilidade. Acionistas. Proteção de Acionistas Minoritários. Acordo de acionistas. Poder de controle, acionista controlador, alienação do controle. Tomada hostil do controle. Mecanismos de defesa da companhia. Dissolução e liquidação da companhia.
14. Sociedade Anônima (III). Grupos econômicos: coordenação e subordinação. Coligação de sociedade: caracterização, efeitos da coligação. Sociedades controladoras e controladas. Efeitos nas demonstrações financeiras. Responsabilidade dos administradores das controladoras e controladas. Subsidiária Integral.
15. Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. Lei nº 13.303/2016: Disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista. Do regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista. Da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista. Responsabilidade por atos lesivos à administração pública. Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2015. Procedimento. Infrações. Legitimidade passiva. Medidas judiciais. Acordos de leniência. Programas de integridade.
16. Teoria dos Títulos de Crédito. Origem e importância dos títulos de crédito. Critérios para identificação do título de crédito: indicativo e dedutivo. Atributos. Desmaterialização. A representação de mercadorias. Classificações. Títulos atípicos. Institutos cambiários: aceite, endosso, aval e intervenção. O protesto de títulos de crédito.
17. A Lei Uniforme de Genebra e sua aplicação a outros títulos de crédito. As Reservas e sua interpretação. Títulos em espécie: letra de câmbio, nota promissória, nota promissória rural.
18. Títulos de crédito em espécie (continuação): duplicatas de venda, rural e de prestação de serviço, cheque, conhecimento de transporte, conhecimento de depósito e warrant, cédula de crédito bancário.
19. Vencimento e pagamento nos títulos de crédito. A cobrança dos títulos de crédito: ação cambial, ação de locupletamento, ação causal. Legitimidade. Defesas. Foro. Prescrição.
20. Os títulos escriturais. A evolução da desmaterialização dos títulos no Brasil. O posicionamento doutrinário e jurisprudencial. A legislação em matéria de desmaterialização. A compreensão da cartularidade. Documento eletrônico. Aplicação dos institutos cambiários aos títulos escriturais. A emissão do título escritural e sua circulação. O agente escriturador. Depósito centralizado de ativos financeiros. O registro do título para efeito de negociação. A liquidação do título escritural. A executividade do título escritural.
21. Os títulos de crédito do agronegócio. Os títulos de crédito do mercado imobiliário, dos segmentos rural, industrial, exportador e comercial. A Letra do Arrendamento Mercantil e a Letra Imobiliária Garantida. Nota Comercial.
22. Falência: história da falência no direito brasileiro. Exame do Código Comercial e das reformas falimentares de 1890, 1902, 1908, 1929 e 1945. As reformas de 2005 e 2020 e seus objetivos. Princípios e pressupostos da falência. Falência frustrada.
23. Falência: Legitimidade e ilegitimidade no processo de falência. A falência do sócio solidário. A falência do espólio. A falência do ex-empresário. Juízo da falência. Causas do pedido de falência. Citação. Contestação. Matéria relevante. Depósito elisivo. Sentença de falência. Conteúdo e publicidade. Recursos. Órgãos da Falência.
24. Falência: efeitos da sentença de falência em relação à pessoa do falido, aos sócios da sociedade falida e à sociedade não falida. Responsabilidade de administradores, sócios e controladores na falência. Efeitos falência em relação aos bens do falido. Pedido de restituição. Efeitos da falência em relação aos contratos do falido. Regras especiais. Efeitos da falência em relação aos atos praticados pelo devedor antes da falência. Ação revocatória. Efeitos da falência em relação aos credores. A habilitação do crédito tributário na falência.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

25. Falência: Habilitação e divergências, verificação e classificação dos créditos. Incidente de classificação do crédito de direito público. O incidente de impugnação de crédito. Ação revisional. Créditos extraconcurais. Realização do ativo e pagamento do passivo. Providências preliminares ao encerramento e encerramento da falência. Extinção das obrigações e reabilitação do falido.
26. Recuperação judicial: recuperação judicial, concordata preventiva e concordata suspensiva – análise comparativa e de direito intertemporal. Objetivos da recuperação, legitimidade e ilegitimidade, juízo competente, condições objetivas e subjetivas para o pedido. O produtor rural. Meios de recuperação. Órgãos da recuperação.
27. Recuperação judicial: petição inicial e documentação. Desistência. Processamento. Recurso. Efeitos da recuperação em relação ao devedor, aos sócios, aos credores e aos bens do devedor. Renegociação de dívidas. Parcelamento de créditos tributários. Recuperação judicial de grupos econômicos: as consolidações processual e patrimonial das sociedades devedoras.
28. Recuperação judicial: plano de recuperação, apresentação e anexos. Alienação de bens prevista no plano. Plano especial. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. O incidente de impugnação de crédito. Ação revisional. Objeções ao plano. Assembleia de credores para deliberação sobre o plano. Convocação, instalação, quórum de deliberação. Suspensão.
29. Recuperação judicial: aprovação do plano de recuperação judicial, rejeição e proposta de plano alternativo, concessão da recuperação, novação de créditos, recurso. Financiamento ao devedor ou grupo devedor. Encerramento da recuperação e cumprimento do plano. Convolação da recuperação judicial em falência. Efeitos.
30. Recuperação extrajudicial.

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE DIREITO**

ANEXO II

***CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E TRABALHOS DO CONCURSO PÚBLICO
PARA PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR ADJUNTO***

ORIENTAÇÕES GERAIS:

1. O currículo do concurso para professor adjunto será pontuado em 4 (quatro) classes, cujas pontuações máximas e detalhamentos estão explicitados a seguir.
2. Deverá ser respeitada a pontuação máxima de cada quadro.
3. A Pontuação interna dos quesitos de cada quadro será definida pelo departamento que organiza o concurso.
4. O departamento poderá colocar um grau máximo por subitem nas categorias que considerar pertinente.
5. Observamos que o departamento que estiver realizando mais de um concurso no mesmo semestre deverá manter a mesma tabela de pontuação para ambos.
6. O grau atribuído ao candidato no julgamento de títulos e trabalhos será calculado dividindo-se por 100 a pontuação total correspondente à soma dos valores obtidos nos quadros de I a IV, que se seguem. Ao candidato com maior pontuação será atribuída a nota máxima (10), procedendo-se a ponderação das notas atribuídas aos demais candidatos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

QUADRO 1 – QUALIFICAÇÃO ACADÊMICA
(Pontuação Máxima: 100 pontos)

PROFESSOR ADJUNTO

Especificação	Pontuação Unitária	No. de Produtos	Pontuação Atribuída
Diploma de Graduação plena (máximo 2)	20		
Certificado de Especialização (máximo: 2)	20		
Diploma de Mestrado (máximo: 2)	40		
Comprovante de Pós-Doutorado (máximo: 2)	20		
Pontuação do Candidato no Quadro 1			

QUADRO 2 – PUBLICAÇÕES E PRODUÇÃO CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E TECNOLÓGICA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(Pontuação Máxima: 400 pontos)

ESPECIFICAÇÕES	Pontuação	No. de Produtos	Pontuação Atribuída
2.1. Artigo publicado em periódicos.	10		
2.2. Livro/Edição crítica indexado de circulação nacional e internacional, com pelo menos 50 páginas	30		
2.3. Capítulo de livro indexado de circulação nacional e internacional	10		
2.4. Organização de livros indexados de circulação nacional ou internacional	20		
2.5. Trabalho completo em Anais (com 05 ou mais páginas)	10		
2.6. Tradução de livro didático ou científico indexado	10		
2.7. Artigo em jornais de grande circulação	5		
Pontuação do Candidato no Quadro 2			

QUADRO 3 – ATIVIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS E ORIENTAÇÃO

(Pontuação Máxima: 250 pontos)

APROVADO/PGUERJ EM ___/___/___ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
--	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ESPECIFICAÇÕES	Pontuação	No. de Produtos	Pontuação Atribuída
3.1. Participação em corpo editorial de periódicos	5		
3.2. Membro de comissão científica a instituições de fomento à pesquisa ou a projetos culturais	5		
3.3. Parecerista ad-hoc em periódicos, agências de fomento e eventos	10		
3.4. Participação em Conselhos dos Sistemas de Ensino, Pesquisa, Cultura e Profissionais	10		
3.5. Participação em bancas de admissão à carreira docente	20		
3.6. Participação em bancas de mestrado e de doutorado	5		
3.7. Participação em bancas de graduação	1		
3.8. Prêmios atribuídos publicamente por instituição acadêmica	5		
3.9. Orientação de mestrado	10		
3.10. Orientação de doutorado	10		
3.11. Orientação de pós-doutorado	10		
3.12. Orientação de alunos de graduação (monografia, estágio interno, IC, extensão, PIBIC e PIBID)	2		
3.13. Co-orientação de doutorado	5		
3.14. Co-orientação de mestrado	5		
3.15. Auxílio para desenvolvimento de projeto de pesquisa, ensino ou de extensão	5		
3.16. Bolsa individual de docência, pesquisa, formação ou extensão	5		
Pontuação do Candidato no Quadro 3			

QUADRO 4 – DOCÊNCIA, GESTÃO E ATIVIDADE PROFISSIONAL

(Pontuação Máxima: 250 pontos)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ESPECIFICAÇÕES	Pontuação	Número de Produtos	Pontuação Atribuída
4.1. Docência na Graduação na área por semestre letivo	5		
4.2. Disciplina na Pós-graduação <i>lato sensu</i> na área por semestre letivo	1		
4.3. Docência na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área por semestre letivo	10		
4.4. Curso e/ou Disciplina de extensão (30 horas ou mais)	1		
4.5. Docência na Educação Básica por ano (no caso de concurso para o CAP o item é valorado como 3.1)	1		
4.6. Coordenação de Projeto de Pesquisa, Ensino ou de Extensão	5		
4.7. Participação no Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa, Ensino ou de Extensão	2		
4.8. Gestão no âmbito universitário por mandato	20		
4.9. Experiência profissional na área por ano	2		
4.10. Monitoria por ano	2		
Pontuação do Candidato no Quadro 4			



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE DIREITO**

**ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA INSCRITOS EM COTAS PARA POPULAÇÃO
HIPOSSUFICIENTE ECONOMICAMENTE**

Nome: _____

Ficha de inscrição nº: _____

Número no CadÚnico: _____

Declaro ser pessoa com hipossuficiência econômica no momento da inscrição e assumo a opção de concorrer às vagas reservadas para população com hipossuficiência econômica, prevista na Lei Estadual nº 7.747/2017, de acordo com os critérios e procedimentos estipulados no Edital do Concurso Público.

Estou ciente de que terei que comprovar a minha condição, bem como possuir renda familiar per capita de até meio salário mínimo conforme previsto em lei, no Edital do concurso e eventuais retificações.

As informações prestadas nesta declaração são de minha inteira responsabilidade, estando ciente das sanções penais, administrativas e civis, no caso de falsidade das informações prestadas.

Declaro também estar ciente de todas as regras previstas na legislação específica, no Edital, e nas retificações do Concurso.

Data: ____/____/____

Assinatura

Relação de documentos a serem anexados:

- a) Conta de energia elétrica dos últimos três meses do ano em curso ou declaração de próprio punho do não recebimento de energia elétrica, ou, em caso de energia comunitária, Declaração da Associação de Moradores ou equivalente;
- b) Último contracheque e carteira de trabalho (folhas de rosto, de contratação e da última atualização salarial), ou Termo de rescisão de contrato com comprovante da data de exoneração, ou comprovante de recebimento de auxílio desemprego ou cópia do Cartão de recebimento do INSS e valor do benefício (de todas as pessoas que residam com o candidato);
- c) Conta de telefone fixo e celular dos últimos três meses do ano em curso ou Declaração de próprio punho do não recebimento de conta de telefone fixo e celular (de todas as pessoas que residam com o candidato);

Observação: É obrigatório o envio de fotocópia de documento de identidade e do CPF do declarante.

APROVADO/PGUERJ EM ____/____/____ _____ PROCURADOR GERAL	EDITAL VERSÃO 1.0
---	-------------------